

Aviso n.º 73/2006**Nomeação**

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 15 de Novembro de 2006, foi nomeado na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de biblioteca e documentação assessor, aberto nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 28.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o candidato Manuel Filipes Leal Conceição, o qual, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à administração local, fica integrado no escalão 1, índice 610.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

23 de Novembro de 2006. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*. 3000220581

Aviso n.º 74/2006**Nomeação**

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 10 de Novembro de 2006, foi nomeada na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de engenheiro técnico agrário especialista, aberto nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 28.º todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a candidata Ana Paula da Silva Pedro, a qual, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à administração local, fica integrada no escalão 1, índice 460.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

23 de Novembro de 2006. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*. 3000220582

Aviso n.º 75/2006**Nomeação**

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 15 de Novembro de 2006, foram nomeadas na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de quatro lugares de técnico profissional de biblioteca e documentação especialista principal, aberto nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 28.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos Catarina Alexandra Sampaio das Neves Marques, Isabel Maria Reis Lopes Machado, Júlio Pires Raposo e Ana Cristina Alves Domingues Santiago, os quais, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à administração local, ficam integrados no escalão 1, índice 316.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

23 de Novembro de 2006. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*. 3000220585

Edital n.º 658/2006

Isaltino Afonso Morais, licenciado em Direito, presidente da Câmara Municipal de Oeiras, faz público que, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontrará a decorrer, a partir do dia 11 de Dezembro de 2006 e pelo prazo de 30 dias, a discussão pública referente ao pedido de alteração ao alvará de loteamento n.º 88/73 (processo 208PL/70) em Porto Salvo, titulado por Dário Alexandre das Neves Dias Teixeira, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 27.º do referido decreto-lei.

A consulta do processo, para efeito de eventuais observações ou sugestões, por parte do público em geral, poderá, naquele prazo, ser efectuada, todos os dias, de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido entre as 8 horas e 30 minutos e as 17 horas e 30 mi-

nutos, na Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo desta Câmara Municipal.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

14 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Isaltino Afonso Morais*. 3000220563

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS**Aviso**

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 28 de Setembro de 2006, foi nomeada definitivamente, conforme lista de classificação final após estágio, para dois lugares de técnico superior de 2.ª classe — assessoria de direcção, homologada por meu despacho de 28 de Setembro de 2006, a candidata Carla Alexandra Costa Ferreira Martins Sá.

A candidata dispõe de 20 dias, contados da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para tomar posse do respectivo cargo. (Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Ápio Cláudio do Carmo Assunção*. 1000308152

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**Aviso**

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho de 3 de Novembro de 2006, determinei, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 55.º do Estatuto dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 121/2005, de 26 de Julho, o reposicionamento na carreira da educadora de infância do quadro de pessoal da Câmara Municipal, Fernanda Santos Paulino Campos, para o 7.º escalão, índice 218.

14 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Mário Américo Franco Alves*. 1000308159

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE**Aviso n.º 19/2006****Concurso externo de ingresso — técnico superior de 2.ª classe**

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal datado de 14 de Novembro, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (organização e gestão), do grupo de pessoal técnico superior do quadro da Câmara Municipal de Ourique, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e alínea *d*) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

2 — Serviço e local de trabalho — Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, no edifício dos Paços do Município.

3 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração base durante o período de estágio é a correspondente ao índice 321 (1033,36 euros), sendo, após o provimento do lugar, a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 400 (1287,68 euros) ambos da tabela indiciária do regime geral da função pública.

4 — Conteúdo funcional — o disposto no Despacho n.º 20/SEA-LOT/94, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 12 de Maio.

5 — Prazo de validade — o prazo de validade cessa com o preenchimento da vaga posta a concurso.

6 — Requisitos gerais de admissão — os candidatos devem satisfazer os seguintes requisitos previstos no artigo 29.º de Decreto-lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir curso superior que confira grau de licenciatura em organização e gestão de empresas;